

Escolas no alvo

É na escola que adquirimos as ferramentas para moldar a sociedade

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

No último dia 27, uma escola em São Paulo foi palco de mais um atentado violento, desta vez envolvendo um aluno de 13 anos. O ataque a facadas que vitimou uma professora e deixou outras cinco pessoas feridas se soma a outros casos cada vez mais frequentes de violência extrema no ambiente escolar brasileiro. Estudo da Universidade Estadual de Campinas revelou que, nas últimas duas décadas, o Brasil registrou 23 ataques em escolas, sendo sete deles apenas no segundo semestre de 2022 e três em 2023. Há uma soma de fatores que

tornam tais tragédias cada vez mais comuns. Elas são sintoma de um sistema social e político em crise. Entre os fatores chave, a violência que ocorre dentro dos muros das escolas retrata um fenômeno mais amplo de radicalização que não está próximo de ser solucionado. Nos últimos anos, a ampliação do extremismo no campo político e ideológico deu voz a discursos cada vez mais inflamados e radicais. Alimentadas por narrativas de desinformação, redes cada vez mais violentas passaram a atacar os direitos humanos, a ciência e a própria democracia no Brasil.

A juventude, por sua vez, amplamente conectada ao ambiente virtual, não sai ileso da batalha ideológica travada na internet. A incitação a atos violentos e a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais têm impulsionado cada vez mais episódios de apologia ao nazismo e ofensas misóginas e racistas nas escolas. Plataformas como o Discord e o Telegram são meios profícuos de recrutamento de jovens. Vale notar que o autor do ataque da última semana vestia uma máscara com estampa de caveira, marca registrada de um grupo neonazista americano,

utilizada em outros dois atentados recentes, nas escolas em Aracruz (ES) e Suzano (SP). Isso não é mera coincidência. Tais ataques se inserem, ainda, em um cenário de ampla flexibilização e defesa do acesso a armas pela população. Após desse incentivo ao armamento civil, há uma mensagem velada que reconhece o uso da violência como forma legítima de resolução dos conflitos. Não surpreende, portanto, que o estudante que realizou o atentado compartilhasse mensagens e vídeos portando armas e simulando ataques violentos em suas redes sociais. Ele inclusive

estava planejando fazer o atentado com uma arma de fogo, mas não conseguiu.

Mas se, por um lado, as escolas refletem em certa medida as normas, os valores e as crenças da sociedade mais ampla, elas também são espaços de questionamento e construção de novas realidades. Não à toa, em regimes autoritários a educação é uma das áreas mais afetadas. A produção do pensamento crítico representa uma ameaça perigosa, pois é a principal matéria-prima da mudança.

Na última gestão, uma série de livros didáticos foi retirada de editais escolares, suprimindo temas como o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo. Professores relataram ingerências em áreas de estudo como sexualidade, direitos humanos e meio ambiente. Mais recentemente, pais pediram a

retirada da obra de Djamil Riibeiro "Pequeno Manual Antirracista" da grade de um colégio em Niterói (RJ).

A escalada do ultraconservadorismo e da extrema direita no Brasil nos coloca diante de um cenário pouco animador, de crescentes ameaças nas escolas e às escolas, incitação da violência e censura ao debate crítico. Por outro lado, temos a oportunidade de mudar os rumos e encarmos a educação e, portanto, as escolas como espaços capazes de colocar nosso país em trilhos mais democráticos. E para isso a prática do diálogo, o espaço para o contraditório e o compartilhamento de ferramentas de resolução de conflitos são essenciais.

Se é na escola que aprendemos a conviver em sociedade, é nela também que, em grande parte, adquirimos as ferramentas para moldá-la.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Apuração liga mortes de indígenas a garimpo

Autoridades investigam óbitos de kanamaris com menos de 1 ano de idade e casos graves de diarreia associada a mercúrio

Vinicius Sassine

MANAUS Documentos da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) apontam mortes de crianças kanamaris com menos de um ano de idade por diarreia aguda e desidratação severa, em decorrência da atuação de dragas de garimpo numa das regiões mais preservadas da Amazônia.

Ofícios citam o agravamento de saúde, pela mesma causa, de outras crianças com menos de cinco anos e a morte de adultos katukinas, também por diarreia.

O caso ocorreu na região do médio rio Juruá e rio Jutai, no Amazonas. Os kanamaris vivem na aldeia Igarapé Preto, um território não demarcado. Os katukinas estão na Terra Indígena Rio Bia, demarcada desde 1997, na região das cidades de Carauari e Jutai.

Segundo os órgãos do governo federal, os óbitos estão associados ao garimpo ilegal de ouro e ao lançamento de mercúrio, resíduos sólidos e outros materiais pesados no rio usado pelos indígenas para as atividades cotidianas.

As mortes de duas crianças e o adoecimento de outras, numa possível relação com o garimpo feito por dragas, ocorreram no início do governo



Mulheres e crianças indígenas em hospital de Boa Vista. Michael Dantas - 30 jan.23/APP

Jair Bolsonaro (PL), em 2019. Em 2020, o MPF (Ministério Público Federal) e a PF (Polícia Federal) no Amazonas instauraram procedimentos para investigar os fatos. As apurações seguem em curso.

A Procuradoria fez diligências e cobrou ações de órgãos do governo federal para retirada das dragas, tendo encontrado resistência por parte do Exército. A PF afirmou que o processo é sigiloso e não deu informações sobre o andamento do inquérito.

O Ministério da Saúde no go-

verno Lula (PT) disse, em nota, que "considera grave a situação legada pela gestão anterior à saúde indígena". A Sesai apura com a coordenação do Dsei [Distrito Sanitário Especial Indígena] local os fatos mencionados na denúncia.

O Dsei Médio Rio Solimões e Afluente é o responsável pela assistência em saúde na região. Partiu desse distrito as primeiras informações sobre os óbitos e adoecimentos de crianças kanamaris.

Asesai, vinculada ao Ministério da Saúde, disse ter envi-

ado três profissionais do Mais Médicos ao Dsei Médio Rio Solimões para reforçar o atendimento aos indígenas da região.

A existência de óbitos de mortes de indígenas em região preservada da Amazônia, e que relacionam os óbitos ao garimpo ilegal, mostra que a realidade vivida pelos kanamaris no governo Bolsonaro não foi um fato isolado.

O avanço do garimpo ilegal na maior terra indígena do Brasil, aceito e estimulado pela gestão passada, levou

a uma crise humanitária e sanitária no território, com mortes de yanomamis por malária e doenças associadas a fome —desnutrição grave, diarreia aguda, pneumonia e infecções respiratórias.

Em 20 de janeiro, o governo Lula declarou estado de emergência em saúde no território. A PF abriu um inquérito para investigar o crime de genocídio contra os yanomamis.

O garimpo ilegal na terra yanomami é praticado principalmente por escavação na beira de rios, com o uso de maquinários pesados e com abastecimento logístico por meio de centenas de voos clandestinos. Na região do médio Juruá, a lógica é outra. A exploração de ouro é por dragas, que conseguem atuar na vastidão amazônica sem serem incomodadas por fiscalização ambiental.

Segundo informação da Funai repassada ao MPF, ainda em 2018, a região onde está a Terra Indígena Rio Bia tinha mais de cem dragas operando no garimpo ilegal. Duas dessas balsas, "com uma equipe significativa", faziam exploração ilegal de ouro nas margens do rio Bia, perto da aldeia Igarapé Preto, segundo o Dsei Médio Solimões à Funai em 2019 —o documento foi anexado às investigações de MPF e PF.

Segundo informação da Funai repassada ao MPF, ainda em 2018, a região onde está a Terra Indígena Rio Bia tinha mais de cem dragas operando no garimpo ilegal.

Duas dessas balsas, "com uma equipe significativa", faziam exploração ilegal de ouro nas margens do rio Bia, perto da aldeia Igarapé Preto, segundo o Dsei Médio Solimões à Funai em 2019 —o documento foi anexado às investigações de MPF e PF.

A resposta dada, no mesmo mês, foi de que a brigada não tinha aviões disponíveis para fazer essa fiscalização, mas somente barcos. O barge também foi cobrado. O órgão disse que as equipes de agentes estavam atuando com as Forças Armadas numa GLO (garantia da lei e da ordem), decretada pelo governo Bolsonaro para intervenções na Amazônia.

Obras federais como usinas e rodovias podem impactar 66% das terras demarcadas do país

PLANETA EM TRANSE

João Gabriel

BRASÍLIA Um estudo feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) mostra que 397 terras indígenas podem ser impactadas por obras planejadas a nível federal, como a construção de rodovias, ferrovias e usinas hidrelétricas.

Esse número representa 66%, ou dois terços, dos 599 territórios com algum tipo de delimitação geográfica no banco de dados do ISA —há pouco mais de cem TIs no país sem área definida que, por isso, não foram consideradas.

Segundo o estudo, assinado pelo pesquisador Antonio Oviado, as terras são ameaçadas em média por quatro obras simultaneamente, e 67% delas podem ser impactadas por mais de um empreendimento.

Ainda pelo levantamento, 92 povos isolados podem ser im-

pactados, considerando também grupos que ainda não têm sua existência confirmada pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

O estudo consta no livro "Povos Indígenas no Brasil 2017-2022", lançado pelo ISA no final de março e que sintetiza a situação dessas populações nos últimos anos.

Oviado considerou a chamada área de influência direta de

um empreendimento, mesmo critério usado em estudos de licenciamento ambiental para cálculo do potencial de impacto de uma obra. "As usinas hidrelétricas e as estradas são os empreendimentos que mais geram impacto ou têm maior abrangência em termos de área impactada", afirma.

"As usinas afetam todo um regime hídrico, as vazões de rios, e isso tem impacto muito

grande na segurança alimentar das comunidades. Elas também trazem muito fluxo de trabalhadores e abrem frentes de desenvolvimento regional que geralmente acabam trazendo outras atividades ilegais e aumentando a taxa de desmatamento", diz o pesquisador.

Quanto às estradas, ele lembra o caso da BR-163, que liga o Rio Grande do Sul ao Pará e, logo após o seu anúncio resul-

tou na aceleração da grilagem nos arredores do seu percurso.

Ainda, rodovias que cortam florestas são de difícil fiscalização e facilitam o acesso a áreas de preservação, a exploração de seus recursos e a prática de crimes ambientais.

"A hidrelétrica no estado de Roraima, a linha de transmissão para ligar Roraima ao sistema nacional de abastecimento e que corta a Terra Waimiri Atroari, e a BR-319, que tem uma área de influência com diversos territórios, são as obras de maior porte", afirma, ressaltando esta última como a principal.

O licenciamento da BR-319, em especial do chamado trecho do meio —que corta o coração da floresta amazônica, no Pará—, foi debatido por anos e avançou durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A liberação para as obras, porém, é questionada por ambientalistas. Além disso, os mesmos estudos que liberaram sua execução apontam o risco de aumento na grilagem, e os povos indígenas que vivem na região reclamam de não terem sido consultados

sobre o tema, como prevê a lei.

A rodovia já foi defendida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em anos anteriores. Em audiência no Senado, o ministro dos Transportes, Renan Filho, também deu declarações em seu favor, ponderando o potencial impacto ambiental.

O presidente do Ibama (Instituto ambiental brasileiro), Rodrigo Agostinho, já afirmou, no entanto, que o empreendimento carece de estudos.

Elevariamento do ISA concorda com empreendimentos planejados registrados na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), na EPL (Empresa de Planejamento e Logística), na Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e no EPE (Empresa de Pesquisa Energética). No total, foram analisadas 648 obras.

Oviado ressalta, ainda, que não há nesses bancos de dados informações sobre o andamento burocrático dos empreendimentos, que podem não sair do papel.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

Impacto de obras do governo em terras indígenas

Obras	Quantidade	Tis impactadas	Tis impactada por obra
Pequenas centrais hidrelétricas	419	143	0,34
Usinas hidrelétricas	85	87	1,02
Rodovias	72	258	3,58
Portos	44	56	1,27
Ferrovias	12	76	6,33
Linhas de transmissão	9	33	3,67
Dutos	7	10	1,43

Fonte: Instituto Socioambiental